

Resumo do texto “A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses”

Alice Roux, Gaël Pech, Romain Vignes, Vincent Balue,
com contribuições dos grupos (inclusive da turma de 2015) e do professor

No contexto de desenvolvimento da agricultura europeia do pós-guerra, a *Jeunesse Agricole Catholique (JAC)* um movimento sindical agrícola francês, julgava importante atingir o auto-abastecimento alimentar do continente e desenvolver as explorações agrícolas francesas com este fim. Por esta razão, sustentou de forma decisiva o plano de “reforma das estruturas”, encorajando o apoio aos agricultores para que eles se modernizem, tenham uma superfície agrícola suficientemente ampla e equipem seu sistema de produção. Assim, um sistema de aposentadoria precoce e um instrumento de regulação do mercado fundiário permitiram a liberação de áreas agrícolas e sua distribuição preferencialmente aos jovens. Além disso, um modelo para a exploração moderna foi criado, cuja situação ótima de produção correspondia a duas unidades de trabalho-homem (UTH). Assim, tratava-se de um modelo familiar integralmente mecanizado.

Em 1963, foi criada a Política Agrícola Comum (PAC) para incentivar a modernização da agricultura do velho continente. Com tal orientação política, a agricultura francesa conheceu uma evolução impressionante. De fato, a autossuficiência foi atingida nos anos 1970 e a França afirmou-se como uma das primeiras potências agrícolas do mundo. A modernização também levou a um movimento de diminuição dos ativos agrícolas: a superfície que cada um cultivava aumentou, graças a uma motorização cada vez mais eficiente. Os agricultores incorporaram grande competência tanto como técnicos quanto como atores econômicos. Contudo, esta modernização provoca pouco a pouco contestação, em quadro de grande diversidade de pontos de vista quanto aos modos de produção a serem utilizados pelos produtores.

As contestações se referem aos problemas sociais e ambientais desta agricultura moderna. Depois da Segunda Guerra Mundial, o número de agricultores franceses diminuiu muito: um trabalhador em cada três cultivava a terra, em 1946; um em cada quatro, em 1956; um em cada, cinco em 1962 e; um em cada seis, em 1967. Ao mesmo tempo, o número de explorações agrícolas conhece um considerável declínio. O censo agropecuário de 1955 contou 2 267 000 explorações, mas aquele de 1963, 1 900 000, o que representou para o período um decréscimo de 50 000 explorações agrícolas por ano

Os descontentamentos levam a mudanças no plano da representação dos agricultores. A pluralidade sindical tornou-se um fato político a partir notadamente dos anos de 1980. A *Fédération Nationale des Syndicats des Exploitants Agricoles (FNSEA)* defendeu durante muitos anos o princípio da unicidade da representação sindical, o que hoje em dia desapareceu. Diante da visão produtivista, associada à modernização, a mobilização contestadora desenvolve-se. Em 1968, o movimento dos *paysans-travailleurs* (camponeses trabalhadores) formou-se com este espírito contestador. Em seguida, ocorreu uma fusão entre os *paysans-travailleurs* e a *Fédération Nationale des Syndicats Paysans* resultando na *Confédération Paysanne*, em 1987, com claras divergências com a FNSEA.

Segundo Hélène Delorme (1999), a FNSEA era incapaz de responder aos problemas da agricultura moderna. Além disso, essa federação não reconhecia a *Confédération Paysanne* como tendo um peso político, desde sua criação. A *Confédération Paysanne* milita por uma agricultura camponesa, respeitosa do ambiente, do emprego agrícola e da qualidade dos produtos. Na sua carta de princípios, esta organização sindical julga que a função do agricultor é a de produzir, de forma combinada, bens materiais (alimentos, fibras, energia etc.) e não materiais (paisagens, território, meio ambiente). Os alimentos produzidos devem ter uma qualidade gustativa e sanitária incontestável. Quanto à produção de bens não materiais, trata-se de atividades ligadas à qualidade de vida e que, portanto, interessam também a toda a sociedade. A *Confédération Paysanne* recusa a ideia segundo a qual seja possível pensar a agricultura com duas velocidades (aquela da exportação de produtos agrícola e a outra em pequena escala destinada à função de conservar o espaço rural). Na sua proposição, a agricultura camponesa tem todos os requisitos para preencher, ao mesmo tempo, três dimensões essenciais para a sociedade. Uma dimensão social, relacionada com a manutenção de empregos e com a solidariedade entre camponeses de todo o mundo. Uma dimensão econômica, na qual a produção agrícola deve se mostrar eficaz principalmente por agregar valor, permitindo que os volumes produzidos não precisem ser

superabundantes. Nesta ótica, deseja-se garantir a manutenção de um bom número de agricultores em atividade. Com esta base, seria possível obter uma produção de qualidade, que é a terceira dimensão deste conjunto, na qual o respeito aos consumidores e à natureza é fundamental. Os agricultores deveriam se obrigar a responder pela qualidade dos alimentos, pelo equilíbrio ecológico, pela preservação das paisagens e pela biodiversidade, o que se associa com o debate em torno da multifuncionalidade da agricultura.

A *Confédération paysanne* participa da Via Campesina, que constitui uma articulação de movimentos sociais rurais com abrangência internacional, visando reforçar a solidariedade entre os diversos movimentos e organizações de agricultores familiares pelo mundo. Essa solidariedade se consolida pela troca das experiências entre esses agricultores através de seus representantes. A Via Campesina defende as seguintes causas: a busca e consolidação de uma agricultura mais ecológica (agroecológica), a preservação da biodiversidade e dos recursos genéticos e a soberania alimentar (enquanto alternativa à segurança alimentar, de modo a favorecer hábitos alimentares locais e diversidade de alimentos com produção local de forma ecológica).

Na América do Sul, existem muitas organizações vinculadas à Via Campesina. Aquelas do Chile, por exemplo, representam agricultores em diferentes realidades. De fato, o território deste país corresponde a uma faixa de terra com uma grande extensão latitudinal, permitindo a expressão de diferentes tipos de climas. No Chile, a agricultura é desenvolvida em quase todo o país, com diferentes tons devido a diferenças climáticas entre as regiões Norte, Central e Sul. A agricultura no norte seja talvez a mais interessante pelas suas peculiaridades. De caráter essencialmente familiar, de subsistência e altamente dependente da água acumulada em reservatórios ou subterrânea, os agricultores estão agrupados em organizações chamadas "Comunidades agrícolas". Trata-se de organizações autônomas que exercem controle sobre uma vasta extensão de terra, que varia conforme as comunidades. Sua estrutura principal de tomada de decisão é o conselho de membros da comunidade, eleitos pela própria comunidade regularmente. Originalmente, estas últimas tinham um número limitado de participantes. Porém, para que os filhos obtivessem seus direitos esta norma se modificou. Posteriormente, os comuneros passaram também a poder vender seus direitos a outros indivíduos sob certas regras. O cultivo da terra ocorre aí em vastas áreas coletivas de propriedade comum. No entanto, cada comunero tem igualmente o direito de ocupar individualmente apenas um hectare de terra. Estas comunidades agrícolas são reconhecidas como interlocutoras autônomas junto ao governo. Ainda, existem outros grupos semelhantes que podem ou não ser denominados de comuneros. Um exemplo são os proprietários de gado que estão agrupados no âmbito da "associação de crianceros". Às vezes, essas organizações rurais formam alianças para apresentar suas reivindicações ao governo. Finalmente, na parte central e sul do país, a agricultura é em grande parte de tipo privada. Terrenos agrícolas são controlados principalmente pelas grandes empresas, que estão agrupados em organizações cuja finalidade é puramente comercial e muitas vezes têm mais influência do que a agricultura do Norte.

Foi assim que, em 1999, um grupo de agricultores da *Confédération Paysanne* desmontou uma loja do McDonald's, em Millau, como ato de protesto em razão do acúmulo de descontentamento dos agricultores diante da decisão americana, com o apoio da Organização Mundial do Comércio (OMC), de sobretaxar as importações de algumas especialidades francesas. Tal decisão foi uma resposta ao embargo europeu contra a carne bovina norte-americana, suspeita de ser prejudicial à saúde em razão do uso abusivo hormônios de crescimento. Prevaleceu do lado europeu o princípio de precaução. Com os protestos, os agricultores franceses desejavam mostrar sua resistência a uma globalização que não considera as particularidades das culturas regionais. A manifestação questionava a uniformização alimentar – simbolizada pela rede de restaurantes fast-food McDonald's – e seus efeitos destruidores, entre eles a banalização da agricultura, cada vez mais industrial. Contestava-se, sobretudo, um modelo produtivista incapaz de conciliar tradição e modernidade, regionalismo e internacionalismo.

A maior parte dos agricultores desta confederação, como Jean-Luc Gaugain, recusam a seguir o modelo produtivista. Ao contrário, seguem valores veiculados pela Confederação Camponesa, adotando uma forma mais ecológica de modernização. Nesta perspectiva, vender seus produtos diretamente na propriedade agrícola ou não usar adubos químicos ou pesticidas podem também representar uma forma de modernidade.

Para defender seus ideais, a *Confédération Paysanne* organiza numerosas manifestações, como aquela mencionada acima em torno do McDonald's em Millau. Essas ações conseguem ter um apoio social importante, o que revela uma insatisfação notória diante das consequências da modernização.

Convém mencionar que o meio rural ainda tem uma grande importância na sociedade francesa. Hoje, nas cidades, há ainda muito uma visão positiva da vida no campo. Essa importância deve-se ao fato de que o camponês francês sempre teve um papel primordial. Além da simples função de produção, o camponês é considerado como um promotor da paisagem, inexoravelmente favorável à natureza e alimentação.

No debate sobre a resistência camponesa na França, as dimensões históricas são onipresentes, não só em relação ao meio rural, mas também à tradição alimentar. A qualidade de um produto é um fator essencial na cultura francesa. A gastronomia francesa é famosa, mundialmente, e está intimamente ligada aos valores defendidos pelo campesinato. Assim, a história do produto é tão importante como o próprio produto, em termos por exemplo do que representa em relação ao trabalho, território ou raça animal.

Esta cultura do gosto é ensinada desde cedo, pois desde as primeiras refeições, as crianças recebem esta educação em favor do "comer bem". Assim, um efeito futuro é esperado com vistas a preservar uma alimentação de qualidade, diversificada e saborosa.

A cultura e educação "do gosto" na França começam, portanto, desde cedo. A "semana do gosto" ("La semaine du goût") é representativa desta forma de conceber o alimento. Destinada sobretudo para as crianças nas escolas, essa semana é organizada desde 1990, em outubro, promovendo eventos sobre "como comer bem e de uma maneira responsável" ou também sobre o "patrimônio culinário" da França. Estes eventos ocorrem em todas as grandes cidades, onde os produtos regionais são destaques. Trata-se de uma oportunidade importante de conhecer os pequenos produtores regionais e a produção local¹.

Portanto, esse conceito do "comer bem" permite caracterizar um elemento central da cultura francesa. Historicamente, existem divergências de opinião quanto à origem desta gastronomia. Segundo alguns autores, a valorização do gosto na alimentação francesa teria aparecido em diferentes períodos, mas seria na segunda metade do século XVIII que foi realmente difundida. JF Revel evoca uma verdadeira "revolução do sabor" em razão do privilégio do gosto sutil e diverso. No século XVIII, observamos o aparecimento de restaurantes que marca definitivamente a importância primordial do bom gosto como garantia de qualidade.

Assim, o meio camponês e a gastronomia estão intimamente ligados. Tanto que se pode considerar que um é a extensão do outro. A história camponesa francesa moldou uma tradição culinária que se perpetua de geração em geração. Assim, não se pode omitir a importância da gastronomia no debate sobre a agricultura na França. A propósito, uma forma encontrada para proteger e atestar a origem e qualidade dos produtos de origem agrícola com reconhecimento gastronômico foi a criação de um sistema de denominações de origem controladas. Na França, a "Appellation d'Origine Controlée" (AOC) certifica produtos através de um selo, associado a medidas de controle, tais como: da produção em área geográfica delimitada, das características físico-químicas do produto, dos métodos de produção, da qualidade dos insumos e do produto final. No Brasil, somente em 1996, houve a introdução de sistema semelhante. A lei 9279/96 sobre a propriedade industrial estabeleceu duas modalidades de indicações geográficas no Brasil: IP (ou Indicação de Procedência) e DO (ou Denominação de Origem)². Como exemplos de IPs e DOs concedidos no Brasil, podemos citar os vinhos do Vale dos Vinhedos (IP); o café do Cerrado Mineiro (IP); o arroz do litoral norte gaúcho (DO). As organizações responsáveis por estes certificados de qualidade são a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale

¹ Para o caso brasileiro, tais ideias levam a pensar que as políticas públicas voltadas para agricultura familiar, privilegiando investimentos em aumento da produção em larga escala, valoriza pouco o trabalho e a importância do produtor agrícola familiar para a manutenção das tradições culinárias. Uma política de disseminação da importância desta cultura deve favorecer os esforços para manter o produtor e sua família no campo. Efetivamente, a mentalidade produtivista é muito importante em países como o Brasil cuja produção agrícola e pecuária são muito relevantes. De todo modo, iniciativas de incentivo a uma alimentação com base nos alimentos nativos e reconhecidamente tradicionais da cultura brasileira se desenvolve pouco a pouco em diferentes esferas governamentais. Aqui, podemos citar a publicação do [Guia Alimentar para a População Brasileira](#), do Ministério da Saúde (2008), a elaboração do capítulo de ações específicas visando uma alimentação saudável da [Política Nacional de Promoção da Saúde](#) (2010) e, recentemente, a [Política Nacional de Alimentação e Nutrição](#) (2013).

² Nos artigos 177 e 178 da Lei 9279/96 são normatizadas estas duas modalidades. No Art. 177, "considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço". No Art. 178, "considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos".

dos Vinhedos (IP concedido em 2002 para os vinhos tintos, brancos e espumantes do Vale dos Vinhedos); o Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (IP em 2005 para o café produzido na região do Cerrado Mineiro) e; a Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho (DO em 2010 para o arroz daquela região).

Enfim, apesar de uma significativa modernização da agricultura, o país continua a ser fortemente ancorado numa cultura camponesa que se perpetua graças notadamente à gastronomia. Hoje, as crises alimentares revelam uma desconfiança da sociedade em relação à qualidade dos produtos. O “medo de faltar” tornou-se um “medo de errar” na escolha do alimento.